

PENSAR O JORNALISMO NA AMAZÔNIA

Pollyana Dourado dos Santos¹
Valci Regina Mousquer Zuculoto²

RESUMO

O artigo em questão trata-se de uma breve reflexão acerca dos estudos do jornalismo pensado a partir da compreensão do jornalismo como discurso sobre a Amazônia. A proposta é problematizar a constituição do campo jornalístico através de reflexões acerca das teorias e metodologias oriundas da comunicação e das ciências sociais.

Palavras-chave: Teorias do Jornalismo. Interdisciplinaridade. Amazônia. Discurso. Objeto de estudo do Jornalismo.

ABSTRACT

The test in question it is a brief reflection on the journalism studies thought from the understanding of journalism as a discourse on Amazon. The proposal is to problematize the constitution of the journalistic field through reflections on the theories and methodologies used from communication and the social sciences.

Keywords: Theories of journalism. Interdisciplinarity. Amazon. Speech. Study Object of journalism.

Como pensar em jornalismo da/na/para a Amazônia?

Com base em compreensões evidenciadas em teorias e metodologias da comunicação e das ciências sociais, em especial em propostas de Foucault, e da mesma forma entendendo que não é tarefa fácil, que é preciso problematizar principalmente a análise do(s) seu(s) discurso(s), no presente artigo trata-se de pensar o Jornalismo. No seu escopo mais específico, busca-se reflexões preliminares sobre discurso(s) jornalístico(s), sobretudo da, na e para a Amazônia, e assim constituir contribuição, entre outras, para romper com a ideia de isolamento que, a priori, já se identificou nesta fase de investigação ainda em andamento.

¹ Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Especialista em História Cultural pela (UFG); Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e Licenciada em História pela (UFAC). E-mail pollyanadourado@hotmail.com.

² Professora e pesquisadora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, jornalista (UFRGS), mestre e doutora em Comunicação (PUCRS), pós-doutora (EcoPós UFRJ), coordenadora do GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom e da Rádio Ponto UFSC, subcoordenadora do POSJOR – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, diretora da FENAJ e SJSC, conselheira do FNPI. Colidera, na UFSC, os grupos de pesquisa Núcleo de Pesquisa em Identidade, Formação e Trabalho Jornalístico e Girafa - Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio. E-mail valzuculoto@hotmail.com.

Discutir a raiz do conhecimento científico nas ciências humanas não é tarefa simples, de problemas bem resolvidos e de consensos. A episteme ou epistemologia das ciências ganhou um novo tratamento a partir de Michel Foucault, que como ele afirma (FOUCAULT, 1972), pode ser pensada a partir das regras de enunciação, de sua ordem do discurso. Para o autor, há uma necessidade de começarmos a pensar o estudo das ciências, bem como sua história, a partir de sua arqueologia, de suas condições de existência.

A ciência não é um ideal que atravessa toda a história, sendo sucessivamente encarnado pela matemática, depois pela biologia, por fim pelo marxismo e pela psicanálise. Precisamos nos livrar de todas essas noções. A normatividade e o funcionamento efetivo de uma ciência numa dada época se dão apenas segundo um certo número de esquemas, modelos, valorizações e códigos. Ela é um conjunto de discursos e de práticas discursivas muito modestas, perfeitamente enfadonhas e cotidianas que se repetem sem cessar. Existe um código desses discursos, existem normas para essas práticas aos quais essas práticas e esses discursos devem obedecer. (FOUCAULT, 2011, p. 204).

As regras de enunciação e formações discursivas (FOUCAULT, 1972) dos saberes são construídas por códigos pertencentes aos universos específicos de cada saber, criados por seus especialistas que legitimam determinados discursos e outros não. Foucault (2011) considera que suas reflexões não são teorias e nem metodologias fechadas que limitem as possibilidades de contradição, mas, que perpassam por estratégias de montagem das arqueologias destes conhecimentos, ou seja, de pensar o discurso como uma operação de forças (FOUCAULT, 2011). As reflexões acerca da abrangência do campo jornalístico, de seus objetos e de como o discurso da modernidade rege seu cotidiano, nos leva a compreender a importância deste dispositivo na era da informação. Entende-se que a construção da episteme de determinado saber, está vinculada às suas relações de poder e esta tensão nos estudos do jornalismo tornam-se cada vez mais evidentes, uma vez que este caminha recentemente, para sua legitimação no interior de um contexto dos estudos da comunicação e com a condição de ciências sociais aplicadas. De acordo com Foucault (2008) a episteme seria:

O conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à

epistemologização, à cientificidade, à formalização. (FOUCAULT, 2008, p. 214).

Quando se pensa em epistemologias e teorias para o jornalismo, busca-se construir estes saberes dos quais Foucault (2007) considera como fazendo parte de um conjunto de códigos definidos por seus especialistas. A proposta de discutir a genealogia dos saberes é a de criticar um saber instrumental, legitimado pela ciência moderna. Sobre Foucault, tem-se ainda: “Desnuda as epistemes sucessivas e específicas que definem os sistemas de pensamento na formação da cultura ocidental desde a idade clássica até nossa modernidade” (MATELLART, 2006, p. 96). O que o autor propõe é uma ruptura com o paradigma positivista de ciência, que mais excluía do que construía autonomia para os seus sujeitos ou objetos de estudos. Foucault (2009) entende que a episteme pode ser compreendida como uma visão de mundo construída a partir de seus regimes de verdade e regras de formação.

Acerca da ciência moderna, Lyotard (2004) afirma que ela esteve com seus objetivos voltados mais para uma demanda de legitimação da ordem dos poderes e instituições que os representam do que para a emancipação humana.

O Estado e/ou a empresa abandonam o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder. (LYOTARD, 2004, p. 83).

Desde os enunciados da revolução francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) até as formas mais atuais de desenvolvimento, progresso e evolução, via desenvolvimento científico, vivenciadas a partir do século XXI com um processo da globalização e midiatização das informações, tem-se uma relação de poder muito mais voltada ao poderio econômico do que ao desenvolvimento social. O discurso de democracia e aldeia global, que muitas vezes são propagadas com o desenvolvimento das tecnologias de informação, nem sempre condizem com a realidade econômica de países como os da América Latina.

Ficaram distante as utopias da comunicação de Marshall McLuhan, uma “aldeia global” igualadora desde os meios massivos ou dos cibernéticos, desde Norbert Wiener (1986), até Nicholas Negroponte(1995), para quem

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

(em momentos e com perspectivas diferentes) as máquinas inteligentes anulariam os conflitos no mundo (MARTINI, 2000, p.16[tradução minha])³.

Stella Martini (2000) afirma que as notícias mesmo sendo transmitidas por plataformas modernas ou “pós-modernas”, como a virtual, não representam, necessariamente, processos de inclusão. Quando se pensa em desenvolvimento técnico/científico na relação entre informação/verdade/interesse público, o que está em questão é um jogo discursivo na tentativa de construir um conhecimento, que deve ser enunciado como representação de determinada realidade. Logo, refletir sobre o jornalismo on-line na Amazônia, nos conduz a pensar nas relações entre plataformas tecnológicas e divulgação de um cotidiano, que até o século XX não era narrado diariamente. Neste sentido, discutir acerca de epistemologias para um jornalismo da Amazônia nos leva a seguinte reflexão:

Não é verdade que só alguns pensam e outros, não. Há pensamento como há poder. Não é verdade que numa sociedade há quem têm o poder e, abaixo delas, pessoas que não têm nenhum. O poder deve ser analisado em termos de relações estratégicas complexas e móveis, em que todo mundo não ocupa a mesma posição e não mantém sempre a mesma. (FOUCAULT, 2011, p. 257).

Compreender o jornalismo como sendo um produto da “comunicação de massa”, possibilita a problematização de algumas de suas características: formador de opinião, ferramenta político partidária, ditador do certo e errado, entre outros. Hoje, tanto a ideia de “massa” quanto a de um jornalismo “super poderoso” estão cada vez mais em declínio. Pensando em termos de teorias do jornalismo, pode-se dizer que as teorias funcionalistas norte-americanas e a própria distinção entre cultura popular e cultura erudita discutida pela escola de Frankfurt, estão lentamente sendo abandonadas. O advento das teorias pós-estruturalistas, pós-modernas, pós-coloniais ou, se quiserem, as teorias sociais criadas após as duas grandes guerras, vão criticar as análises da mídia e do jornalismo que enxergavam o receptor como uma massa de manobra e sem poder de questionamentos. É neste cenário que se discute as consequências da modernidade

³Lejos han quedado las utopías de la comunicación de Marshall McLuhan, una “aldea global” igualadora desde los medios masivos, o de los cibernéticos, desde Norbert Wiener (1986), hasta Nicholas Negroponte (1995), para quienes (en momentos y con perspectivas diferentes) las máquinas inteligentes anularían los conflictos en el mundo. (MARTINI, 2000, p.16).

dentro de uma cultura da informação: sujeitos cada vez mais agentes de sua história e de seu jornalismo.

O conceito de poder em Foucault(2001), pode ser utilizado para pensar o jornalismo na medida em que se compreende que este é produzido discursivamente, ou seja, o jornalismo enquanto uma das várias formas de traduzir o que se considera importante e de interesse público, torna-se um objeto de estudo a ser pensado de forma pulverizada. O jornalismo e suas relações de poder são pares indissociáveis. Quem são os heróis, os vilões, parecem partir da perspectiva de quem os coordena, dos que definem seu conselho editorial, ou seja, de suas formações discursivas.

O objetivo é problematizar as dificuldades da institucionalização do campo jornalístico e as barreiras encontradas para delimitar teorias que expliquem e considerem espaços e sujeitos historicamente excluídos do discurso científico. Discutir ainda as contradições do discurso jornalístico: ora justiceiro, ora ferramenta de legitimação dos poderes instituídos em nome do lucro.

Ao pensar o campo do jornalismo, parece que há uma tentativa de controlar, recortar, singularizar e dar sentido a uma área de conhecimento socialmente legitimada a partir de sua especificidade. Em uma sociedade em que todos podem ser jornalistas, seu estudo torna-se uma reivindicação pela especialização de saberes e práticas. Logo, a tentativa de segmentação do saber está relacionada com a tentativa de resistência dos jornalistas e seus pesquisadores, uma forma de luta dentro de um sistema que o desvaloriza e o oprime. Pensando nos conceitos foucaultianos de poder (FOUCAULT, 1979), o campo do jornalismo se manifesta ora como estratégia de resistência, ora como tentativa de controle e construção da verdade sobre o mesmo. Esta busca pelo seu lugar na construção do saber, remete-os a novos locais ou reterritorializações como sugere (GOMES, 2003).

Investigar o jornalismo na Amazônia é não perder de vista uma série de discursos preconceituosos, construídos desde seu processo de colonização (GONDIM, 2007) e o jornalismo, enquanto dispositivo da modernidade, engloba tais comportamentos. Djalma Batista revela o que pensa sobre as comunidades amazônicas: “Tudo leva, infelizmente, a baixos padrões mentais as comunidades amazônicas, especialmente do interior.” (BATISTA, 2007, p.122). Ora, aqui o autor revela o que pensa sobre este espaço e seus sujeitos. Em vários momentos do texto, o autor considera a Amazônia subdesenvolvida, reflete acerca das condições precárias do habitante da

zona rural, mas, em suas conclusões, ele faz a afirmação de que estas populações possuem “baixos padrões mentais”. É por estas formações discursivas que faz-se tão necessária uma discussão de Foucault(1972), quando desnuda estas epistemes do saber científico hegemônico e da discussão de Santos (1989), em que o autor propõe que valorizemos os saberes do dito “senso comum”. São estes saberes que Batista(2007) desconsidera, ao apontar que o habitante das comunidades amazônicas são mentalmente inferiores porque não tiveram acesso à uma cultura moderna de conhecimentos. Mesmo que o jornalismo não diga diretamente que a Amazônia é o interior, a selva e a mata, existem formações discursivas de nossa sociedade que este é um espaço da vida selvagem, com ausência dos instrumentos modernos de civilidade.

Colocar o jornalismo como responsável pelo processo de aculturação indígena e imagens preconceituosas sobre a Amazônia, seria como indenizar o eurocentrismo, a globalização e americanização que se deram pelos mais diferenciados dispositivos, principalmente pela educação. O que não impede de compreender o objetivo da padronização discursiva exposta no “padrão Globo” de informação: a ideia de equilíbrio discursivo é fruto de um jornalismo que parece racional, “justo” e “democrático”. Logo, percebe-se que a midiaticização⁴ pode contribuir para pensarmos como o local é narrado jornalisticamente.

O que se considera importante para a condução dessas reflexões é que não se coloque o saber promovido pelo jornalismo a serviço de uma razão neoliberal, que aprisione ainda mais seus estudos em amarras políticas e econômicas em busca do desenvolvimento capitalista, ampliando ainda mais o eixo de exclusões sociais. Praticar o exercício da diferença⁵ em termos derridianos (DERRIDA, 1972), é bem mais complexo do que só deixar o subalterno falar, mas, respeitar os locais de fala de cada sujeito: jornalismo e sociedade todos estão neste conflito de representações das diferenças.

⁴Midiaticização é pensada a partir do conceito discutido por Stig Hjarvard (2012), que considera a sociedade do XXI como engendrada pela e para a mídia. A midiaticização aqui é compreendida como uma característica peculiar em relação à outros períodos históricos e servirá para problematizar como o “desconhecido” é narrado para um todo global via discurso jornalístico.

⁵ A *différance* não é uma distinção, uma essência ou uma oposição, mas um movimento de espaçamento, um “devir-espaço do tempo, um “devir-tempo” do espaço, uma referência à alteridade, a uma heterogeneidade que não é primordialmente oposicional. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p.34)

Pensar em jornalismo na Amazônia é pensar em como os povos indígenas são representados. É pensar por quê o Estado do Pará⁶ é o que mais desmata. É pensar ainda até onde as políticas de desenvolvimento sustentável obtiveram êxito. A proposta não se resume a encontrar e nomear as características deste jornalismo, mas tentar propor uma forma de valorização desta história através de uma leitura crítica do jornalismo. Ao discutir as relações de poder presentes no discurso jornalístico sobre a Amazônia, esta pesquisa também dedica-se ao desafio de pensarmos a partir da discussão de Amaral Filho (2011): existe uma ética e uma estética quando se pensa no “verde amazônico”. Existe uma especificidade ao pensarmos a comunicação jornalística deste espaço. Não se pretende construir uma “teoria do jornalismo para a Amazônia”, mas busca-se compreender a necessidade de valorizar os estudos amazônicos ao refletirmos sobre o jornalismo. Neste sentido, o conceito de discurso como uma representação de forças possibilita pensar o jornalismo como um enunciado que engloba um contexto pulverizado do poder, o que possibilita compreender o jornalismo não apenas de uma perspectiva dicotômica (emissor *versus* receptor), mas amplia o leque para enxergarmos como um campo de disputas por versões acerca do real. A ideia propagada, sobretudo, no século XX de considerar o jornalismo como “comunicação de massa” levava a compreender o jornalismo como “mediador” de uma “massa acrítica” e influenciável. Contudo, percebe-se a necessidade de repensar quais os conceitos representam de forma mais democrática o jornalismo contemporâneo.

Pensar em jornalismo na Amazônia, nos remete a discutir as barreiras existentes entre o que é considerado válido como saber jornalístico, sem fugir do contexto histórico e geográfico que este espaço representa (HARAWAY, 1995; BRAGA, 2001). A estratégia teórica de compreender o jornalismo enquanto discurso, se dá pela necessidade de romper com imagens preconceituosas sobre a Amazônia e seus sujeitos; se dá ainda por entender que a ciência enquanto prática discursiva, ajuda o jornalismo a relatar realidades e valores. Compreende-se, então que é necessário pensar o jornalismo a partir de uma perspectiva derridiana, relacionada ao conceito de desconstrução e diferença (DERRIDA, 1972). Conceitos que podem promover uma base para se pensar

⁶ De acordo com o INPE (Instituto de Pesquisa Espacial) o Estado do Pará foi o que mais desmatou entre os Estados da Região Norte. Em 2014, desmatou 1.887 km²/ano. Em 2015 este número aumentou para 2.153 km²/ano. Em contrapartida, o Amapá é o Estado que menos desmata na região, em 2014 desmatou 31 km²/ano e em 2015 este índice caiu para 25 km²/ano.

na fronteira entre tecnologia e apropriações sociais. A ideia é discutir como o jornalismo enquanto discurso pode contribuir para o debate acerca da constituição de seu campo.

Teorias do jornalismo e o problema com a interdisciplinaridade

Interdisciplinaridade. É a palavra que tece o abismo entre os estudos do jornalismo e da mídia, podendo funcionar como ponto de partida ou finalização na tarefa de delimitação de um objeto, método e, portanto, teorias a serem utilizados em seus estudos. Contudo, sua condição ambígua não limita as potencialidades democráticas que seu princípio carrega. Reconhecer as singularidades que cada campo de saber possui não impõe a construção de uma ciência que só possa ser pensada por um tipo de identidade.

A ciência dos jornais (GROTH, 2011) convida a pensar o jornalismo como um objeto específico, em que suas arestas precisam estar bem delimitadas.

Se nós quisermos uma ciência cultural própria dos jornais e das revistas, então nós temos que buscar primeiro esta uniformidade interna específica e depois formular os nossos problemas e conceitos, e não pesquisar os conteúdos políticos históricos ou as formações “literárias” dos jornais e das revistas. Estes objetivos já são buscados por outras ciências, podem ou devem ser buscados por elas e os resultados a serem obtidos assim só interessam à Ciência dos Jornais em segundo plano. Aquelas se tornam assim ciências auxiliares da ciência autônoma específica dos jornais. A história política verifica o acontecimento histórico político sobre os quais jornais e revistas noticiam e nos quais eles interagem. (GROTH, 2011, p. 35).

A relação conflituosa entre os estudos do jornalismo diante das pesquisas que tratam da mídia e de suas relações políticas e sociais parece ser a preocupação de Groth (2011). A tentativa de tornar-se o teórico pioneiro em defesa do jornalismo, o coloca diante da delimitação das arestas da ciência dos jornais. O que, quem, como, onde e por que, parecem estar na condição não apenas de criar um saber próprio da linguagem jornalística, mas de criar um objeto, método e teoria própria. No parágrafo acima, o autor descreve seu objetivo: definir que o jornalismo precisa ser pensado por uma identidade própria. Ele está criticando as pesquisas históricas, sociológicas e semióticas acerca do jornalismo, afirmando que elas não são pesquisas legítimas do campo. O fato de colocar tais pesquisas como auxiliares revela a necessidade de estabelecer a segmentação identitária como uma relação de poder. Para o autor, há uma essência

única, própria, exclusiva no jornalismo enquanto ferramenta de pesquisa que o legitima enquanto campo. O esforço de Groth (2011), em segmentar os saberes jornalísticos se dá a partir do entendimento de que é preciso definir o que é objeto de estudo para o jornalismo, uma luta identitária que cada vez mais tem ganhado força diante do processo histórico de desvalorização da profissão, pesquisa e de seu ensino.

A proposta dos estudos do jornalismo (CALCUTT; HAMMOND, 2011), de objetivação das subjetividades, se dá a partir da compreensão amadurecida de que a ciência dos jornais refletem determinados valores, historicamente legitimados como válidos, em determinado tempo e espaço. O olhar sobre o jornalismo e seus estudos parece ainda ter, pelo menos como princípio, a busca da objetividade como forma de estabelecer uma relação de poder diante do contexto das ciências sociais, sobretudo, quando se pensa na função histórica de relator dos fatos carregada pelo jornalismo. Pensar que objetividade e imparcialidade são categorias superadas e, portanto, dispensáveis dentro do debate sobre o jornalismo e seus estudos parece ingênuo. Os jornais dentro de um contexto cada vez mais competitivo, buscam sua credibilidade através da tentativa de isenção e imparcialidade diante dos fatos narrados.

Logo, pensar em jornalismo na e sobre a Amazônia é não perder de vista os valores expressos sob os quais se pautam o jornalismo: o da imparcialidade e objetividade. Perder de vista que o discurso da imparcialidade é o que empodera os dispositivos informacionais é cair em uma armadilha tão ingênua quanto a de que um partido, uma igreja ou uma empresa é que comandam o contexto pulverizado do poder que envolve o jornalismo (FOUCAULT, 1979). E não são só os jornais que almejam este status, mas é importante assumirmos que nós, enquanto sociedade civil organizada, estamos cotidianamente reivindicando princípios como o de ouvir os dois lados (imparciais) no relato noticioso.

Neste contexto, a relação entre averiguação dos fenômenos e formulações de teorias acerca do jornalismo estão imersos em questões políticas. O posicionamento político assumido por alguns na ciência jornalística é visto como não científico por outros e estabelecem, desta forma, um conflito.

A ideia do “auxiliar” representa que há um conflito de campos científicos: existe uma luta pela valorização do saber jornalístico.

Na realidade, um ou outro docente da Ciência dos Jornais teve uma ideia, ainda que confusa, de que a Ciência dos Jornais na realidade tem a ver com o conteúdo dos jornais e das revistas pelo menos no que diz respeito ao seu conteúdo concreto, ao seu rigor ou ao seu significado, ou seja, não tem a ver com o conteúdo político e econômico, literário ou artístico, religioso ou técnico, que já é ou poderia e deveria ser tratado por outras ciências. Mas como não se encontrou nenhum “método próprio”, então prosseguiu-se nos seminários de Ciência dos Jornais, assim como antigamente nos institutos de outras disciplinas, nas dissertações fornecidas aqui até hoje, com temas que podem ser elaborados a partir do conteúdo dos jornais e das revistas, mas que caem nas áreas da história política, da economia nacional, da história da literatura e assim por diante, e que não foram tratados por estas ou só foram tratados eventualmente. (GROTH, 2011, p. 72).

Definir o que é tema e como ele deve ser estudado pelas teorias do jornalismo são questões pouco delimitadas como afirma o autor acima. Talvez, seja este o impulso que leva o autor a pensar o jornalismo de forma tão intensa. No parágrafo acima, o autor descreve dilemas que até hoje não foram superados. Os estudos do jornalismo, muitas vezes, são compreendidos como descrições técnicas de produção de notícias ou como análises econômicas e políticas destas. Tais direcionamentos se materializam em inúmeras teorias da comunicação: teoria funcionalista, teoria matemática da comunicação, teoria do agendamento, teoria crítica, *newsmaking*, entre outras. A partir destas teorias da comunicação é que o jornalismo foi construindo seu “solo teórico”. As mais variadas metodologias utilizadas atualmente para dizer que os jornais são tendenciosos, para dizer que os jornais pautam o que é ou não de interesse público, para dizer que existem líderes de opinião que coordenam as mais variadas formas de interpretar notícias, para dizer que as novas mídias democratizam ou não as informações, estão todas elas conectadas às teorias da comunicação, o que não anula os estudos sobre as características acerca das notícias.

As inquietações de Groth (2011), neste sentido, são atemporais. Se considerar a Ciência dos Jornais como oriunda da necessidade de compreender o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa expandidos no século XX, deparar-se-á com a dificuldade de definir não apenas o que é objeto de estudo do jornalismo, mas, como eles podem ser estudados por jornalistas e para o jornalismo até os dias atuais.

Como pensar o jornalismo na Amazônia? Dever-se-ia escolher uma teoria para guiar e criar uma teoria/metodologia própria para compreender os discursos sobre a Amazônia? Ou seria mais adequado analisar quais as vozes falam em nome da Amazônia? Pensar o jornalismo como dispositivo da modernidade indica, pelo menos

em alguns quesitos, que jornalismo é ferramenta de poder e que comunicação, bem como suas teorias, agem como suportes e fim a ser alcançado. Contudo, a tarefa de construir um conhecimento, cujo objetivo seja contemplar uma leitura crítica dos jornais torna-se um desafio na medida em que se pensa no “como” estabelecer o que é próprio do jornalismo e o que o diferencia de estudos sobre comunicação de massa.

Nelson Traquina (2004; 2005), Joaquim Fidalgo (2008), Miquel Alsina (2009), Michael Schudson (2010), Gaye Tuchman (1993), Andrew Calcutt e Philip Hammond (2011), Bill Kovach e Tom Rosentiel (2004), são nomes que se engajaram nesta tentativa de construção de um saber próprio para o jornalismo e, assim como Groth (2011), tentaram superar as dificuldades de produzir um saber específico e autônomo. Diferente de Dominique Wolton (2004; 2006; 2011), os autores acima pensaram um jornalismo com conteúdo e métodos que não necessitam enxergar e nem depender conceitualmente da comunicação. Em Wolton (2004), há reflexões críticas acerca do jornalismo pensado a partir da comunicação, enquanto princípio e fim a ser alcançado, o que se percebe é uma necessidade de compreender o jornalismo como fruto do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e, portanto, indissociáveis. A crítica feita em Wolton (2011) vem justamente para reconduzir o olhar para o conceito de comunicação:

Busco derrubar o estereótipo dominante e mostrar que o verdadeiro desafio está na comunicação, não na informação. É falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil. Além disso, a revolução da informação produz incerteza na comunicação. O resultado é imprevisível. O problema não é mais somente o da informação, mas antes de tudo o das condições necessárias para que milhões de indivíduos se comuniquem ou, melhor, consigam conviver num mundo onde cada um vê tudo e sabe tudo, mas as incontáveis diferenças – linguísticas, filosóficas, políticas, culturais e religiosas – tornam ainda mais difíceis a comunicação e a tolerância. A informação é mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa. (WOLTON, 2011, p. 12).

Wolton (2011) busca desconstruir a ideia de que o grande desafio seja potencializar uma sociedade da informação a partir da tecnologia. Para ele, o desafio está em conviver com as diferenças geradas em uma sociedade, onde todos, pelo menos em tese, possuem a possibilidade de informar. Um exemplo desta situação contraditória pode ser visualizada no site de notícias da Globo: em todas as matérias, o leitor pode postar comentários e muitas vezes funciona como um “campo de guerrilha” muito mais

do que uma democratização de vozes. A questão a ser discutida com Wolton (2011), está na tentativa de pensar em teorias do jornalismo como estratégia capaz de problematizar questões específicas do jornalismo, tendo como ponto de partida e chegada o desafio de comunicar.

A relativa autonomia que cada ciência possui encontra-se em conflito na ciência dos jornais: ora deseja autonomia plena a partir da delimitação de um objeto, teoria e método; ora se vê presa na dependência conceitual ao pensar o jornalismo de forma sociológica. O fato é que não há nada de coeso e nem definido quando se trata do campo científico do jornalismo, desde Groth até hoje esta indefinição tem sido a motivação de tais estudos. Groth (2011, p. 81) assume: “a pesquisa da Ciência dos Jornais sempre é pesquisa social e cultural em geral”. Junto com esta afirmação vem a tarefa de construção de uma ciência que tem como objeto tudo que se refere ao jornal, neste tudo é que se encontram as variadas formas de pensar os jornais: sob um viés tecnológico, econômico, político, social, enquanto direito, entre outros. São nestes temas que se encontram as complicações acerca da definição do que seria o modo de contemplação próprio do jornalismo.

Há várias contradições na perspectiva de Groth (2011, p. 57), nas quais o próprio autor admite que são próprias do jornalismo, porém, vamos nos ater somente em uma delas: ao mesmo tempo em que assume que a ciência dos jornais é sempre uma pesquisa social e cultural, o autor gasta um significativo esforço teórico, para justificar a necessidade de uma segmentação na pesquisa dos jornais com uma essência própria e “natural” dos jornais. A ideia de essência teórica está presente em vários momentos de sua reflexão:

[...]a forma de contemplação sociológica é fundamentalmente diferente do que a da Ciência dos Jornais, que ela nem sequer pode aproximar-se da problemática essencial do jornal (revista) e que, ao invés de levar a um esclarecimento em ambas as ciências, esta forma de contemplação só contribui para esfumegar os limites e trazer danos à investigação dos seus objetos. (GROTH, 2011, p. 93).

O autor compreende que toda ciência é referenciada por outras ciências. Mas não desiste de reivindicar um saber próprio para o jornalismo. Quando se trata da consolidação de um campo jornalístico, a manifestação da identidade carrega a necessidade de resistência: resistir para existir. Não se pensou em teorias da

comunicação longe do jornalismo, mas, há uma tentativa em Groth (2011) de exigir autonomia científica para os estudos do jornalismo. Logo, entende-se que pensar em jornalismo é compreender a dinamicidade e sua característica plural: “Em suma, a Teoria da Notícia é uma abordagem interdisciplinar sobre os enunciados jornalísticos produzidos pelas organizações midiáticas” (CORREIA, 2011, p.40). A segmentação do saber pode até ser alcançada e funcionar para a questão da identidade, mas é importante assumir a relação não de dependência, mas de necessidade de um diálogo democrático com as teorias da comunicação.

“A Ciência dos Jornais não conseguiu trazer muita clareza até agora sobre o que elas dizem, significam e provocam” (GROTH, 2011, p. 105). É importante frisar a contribuição do autor acerca da teorização sobre a ciência dos jornais, uma vez que ele assume o quão indefinido constitui-se o objeto dos jornais. Provavelmente, é esta posição que o leva a ser tão categórico na exigência de uma delimitação.

O conhecimento especializado é subsídio para a construção de teorias universais. O jornalismo sempre foi ponto de partida para se pensar as teorias da comunicação. As teorias precisam do conhecimento especializado para se consolidarem, mas isto não significa que uma especialização não necessite da interação com outros saberes científicos. Quando Groth (2011), reivindica uma ciência dos jornais que se diferencie dos estudos sociológicos sobre os jornais percebe-se a necessidade de construir categorias próprias ao jornalismo. A especialização e a universalização, mesmo com saberes distintos, estão em constante interação e transformação. Mesmo com todo esforço e rigor científico, jamais se chegaria à uma ciência autônoma e neutra em um sentido pleno, pois trata-se de uma região de saber essencialmente, em diálogo com as relações sociais. O jornalismo é uma atividade sociológica, que depende das relações econômicas, políticas e sociais em que é produzido. O rigor metodológico utilizado pela teoria matemática da comunicação, por exemplo, não cabe para ser aplicado à uma análise de um objeto com uma abordagem social. Como afirma Matellart (2006), a teoria matemática da comunicação só conseguiu explicar se determinada mensagem obteve êxito ao ser emitida a um receptor. Contudo, ela deu legitimidade apenas aos aspectos do desenvolvimento técnico da comunicação, como tentativa de transformar a ciência da comunicação em um saber neutro, contudo, entende-se que este objeto além de estar imerso em imaterialidades como (SILVA, 2009 a) considera o jornalismo, ele também está permeado pelas condições sociais em que ocorre.

Logo, pensar em jornalismo ou em uma ciência para compreender especificamente os jornais é pensar em suas relações de poder.

[...] as notícias sempre partem de algum lugar que se dimensiona pelos seus interesses específicos, seja ele a empresa frente aos fatos ou o Estado com seus comunicados. E isso significa discursos atravessando e compondo indivíduos: o ponto em que o poder se realiza numa rede microfísica (GOMES, 2003, p.103)

Para autora acima, o jornalismo funciona como um dispositivo de controle disciplinar (FOUCAULT, 1979). Neste sentido, o discurso jornalístico não só informa, mas também constrói formas de ver, recorta e dá sentido à realidades que lhe são convenientes, por isso que para Gomes (2003), o estudo das notícias é um saber com interesses específicos de cada jornal e linha editorial. Entender jornalismo como discurso é compreender que o que o jornalismo faz é divulgar uma representação do real e não o real em si. Não se discute o conceito de verdade ou mentira, mas de discurso. “[...] não se pode buscar reconstituir o real, já que ele é sempre uma fabricação, um efeito de sentido criado pelos discursos” (GREGOLIN, 2004, p.12). O discurso vem para dizer justamente que não existe uma verdade absoluta, mas um dizer hegemônico, predominante, um dizer que é mais preponderante que outro, um dizer que se pretende poder. Logo, discutir o jornalismo enquanto discurso é justamente desconstruir a ideia do jornalismo como porta-voz da verdade dos fatos. O jornalismo relata o seu olhar sobre os fatos e não necessariamente a verdade em si, o que não significa que o que o jornalismo divulga é uma inverdade. A ideia de discurso supera a dicotomia verdade/mentira e passa a ampliar o debate para a verdade em questão. O jornalismo recorta a realidade e expõe a verdade que lhe convém. Todo recorte é um olhar sobre, é uma representação e não o fato em si.

De acordo com Monteiro e Colferai (2011, p.33), as pesquisas sobre a comunicação na Amazônia ainda são poucas em relação ao restante do país, o que exige um olhar atento às novas demandas estabelecidas pelo atual contexto comunicacional. Percebe-se a necessidade de se pensar a comunicação jornalística na Amazônia na medida em que se compreende os “locais de fala” em que se dá cada processo comunicacional: o jornalismo online na Amazônia estabelece uma relação informacional ou comunicacional (WOLTON, 2011)? Pensar em jornalismo na Amazônia, sobretudo na plataforma virtual, sugere que não nos esqueçamos dos

estereótipos que esta região carrega (GONDIM, 2007): a internet e, conseqüentemente, o jornalismo on-line, apresentam-se como dispositivos de integração da polaridade “selva e cidade”⁷ e passagem do local para o global.

Pensar a comunicação na região leva à necessidade de colocar na equação as tecnologias de comunicação necessárias para superar as distâncias e, ao mesmo tempo, apreender as diferenças culturais e as diferentes práticas cotidianas assumidas pelas populações para viver em ambientes diferentes. (MONTEIRO; COLFERAI, 2011, p. 39).

Tais questionamentos remetem-nos a refletir sobre a função e a representação do jornalismo enquanto dispositivo da modernidade. A era da informação foi capaz de promover a comunicação? Pensar a possibilidade de teorias específicas que deem conta do objeto ‘jornalismo da/na/para a Amazônia’ é tentar desconstruir⁸ a colonização e silenciamento de saberes (FUENTES NAVARRO, 1999), buscando uma estratégia para a valorização de uma história e de sujeitos que cansaram de ler sobre si com teorias de outras realidades.

Falar do processo de colonialidade imposto na Amazônia (e por extensão na América Latina) às culturas/sociedades/povos indígenas pela colonização (hispânica e portuguesa) é falar da necessidade de superação da perspectiva colonialista de produção do conhecimento, e, assim, questionar a colonialidade em todas as suas dimensões, promovendo a desconstrução dos discursos e práticas hegemônicos (NEVES, 2008, p.3)

A partir da reflexão acima, percebe-se que pensar em jornalismo da/na/para a Amazônia representa uma tentativa de desconstruir formações discursivas que promoveram epistemologias excludentes; é assumir que esta é uma tentativa que ultrapassa as fronteiras da ciência pela ciência, mas que representa posicionamento político e estratégias de poder; é buscar compreender o que representa o conceito Amazônia⁹. Uma região? 164 etnias indígenas na Região Norte? Uma floresta? Uma despensa do mercado internacional? Tais questões nos levam a problematizar a padronização discursiva do jornalismo, a sistematização de temas, abordagens e sujeitos

⁷ A proposta é pensarmos se a Amazônia ainda é pensada como território que representa a selva no imaginário jornalístico.

⁸ É necessário lembrar que aquilo que comumente chamamos desconstrução não é uma lógica da inversão, da subversão, no sentido da negação da ordem. Ela é mais exatamente um questionamento da hierarquia, um questionamento da oposição que subordina e que precisa sempre excluir, para fazer sentido. (SISCAR, 2012, p.39)

⁹ Muito antes, de ser definida como Amazônia, as tribos indígenas adotavam formas de classificação desse espaço segundo a natureza de suas culturas. Essas referências anteriores à colonização se perderam esquecidas no silêncio dos vencidos (RIBEIRO, 2012, p.269).

que ganham vida nesta narrativa. Há que se questionar como utilizamos os enlatados de teorias, metodologias e jornalismos em um universo tão singular como a Amazônia. Desnudar as epistemes do campo dos estudos do jornalismo é romper com uma estrutura da pesquisa administrativa que sempre esteve voltada à otimizar determinados formatos jornalísticos e compreender o estudo e o ensino do jornalismo enquanto técnica. Logo, o que se pretende é justamente uma leitura crítica do jornalismo enquanto dispositivo da modernidade, enquanto instrumento dos poderes instituídos. Discutir a Amazônia e o jornalismo envolve uma série de questões problemáticas quanto à construção do saber: os dois objetos foram historicamente excluídos porque “embarçam” os interesses políticos do capitalismo¹⁰.

Referências

- AMARAL FILHO, Otacílio. Verde que te quero verde: a estética da marca Amazônia. In: MALCHER, Maria Ataíde et al. (Org.). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011, v. 2, p. 83-100.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Editora Valer, EDUA, INPA, 2007.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel (Org.). **Campos da comunicação: caracterização, problematização e perspectivas**. UFPB, 2001.
- CALCUTT, Andrew; HAMMOND, Philip. **Journalism studies: a critical introduction**. New York: Routledge, 2011.
- COLFERAI, Sandro Adalberto. Pesquisa em comunicação na Região Norte: intersecções necessárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 12., 2013, Manaus. **Anais...** Amazonas: Intercom, 2013.
- CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias: teorias e métodos**. Covilhã: LabCom Books, 2011. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2016.
- DERRIDA, Jacques. **Positions**. 6. ed., Paris: LesÉditions de Minut, 1972.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã: diálogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

¹⁰ Na América-Latina, ainda que a estética pós-moderna aplicada à literatura tenha se utilizado à farta de registros da cultura massiva – evocando intertextualmente o cinema, a música popular e as telenovelas –, muito pouco se tem falado de sua relação com o jornalismo. Aparentemente, ele ocupa um lugar incômodo – comprometido com a verdade dos fatos, a objetividade da notícia e a fidelidade ao real – no panorama relativista, niilista e auto-reflexivo dos discursos da pós-modernidade (STEINBERGER, 2001, p.173).

- _____. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos).
- FUENTES NAVARRO, Raúl. La investigación de la comunicación en América Latina: condiciones y perspectivas para el siglo XXI. **Comunicación y sociedad**, n.36, julio/diciembre, pp. 105-132, 1999.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar.** São Paulo: Edusp, 2003.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** Manaus: Valer, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos.** São Carlos: Claraluz, 2004.
- GROTH, Otto. **O Poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-91, jan./jun. 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Taxas anuais do desmatamento - 1988 até 2015.** Taxa de desmatamento anual (KM²/ano). Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2015n.htm. Acesso em 18 out.2016.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MATELLART, Armand; MATELLART, Michèle. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MARTINI, Stella. **Periodismo, notícia y noticiabilidad.** Colombia: Grupo Editorial Norma, 2004.
- MONTEIRO, Gilson V.; COLFERAI, Sandro Adalberto. Por uma pesquisa amazônica em comunicação: provocações para novos olhares. In: MALCHER, Maria Ataíde et al. (Org.). **Comunicação Mídiação na e da Amazônia.** Belém: FADESP, 2011, v. 2, p. 33-47.
- NEVES, Lino João de Oliveira. Desconstrução da colonialidade: iniciativas indígenas na Amazônia. **E-cadernos ces**, Coimbra, n.2, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/eces-1302.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2016.
- KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir.** Lisboa: Porto, 2004.
- RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins.** 326f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. Manaus: 2012.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social do jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- SILVA, Gislene. Sobre a imaterialidade do objeto de estudos do jornalismo. **Revista E-Compós**, Brasília, v.12, n. 2, maio/ago. 2009.
- SISCAR, Marcos. **Jacques Derrida: literatura, política e tradução.** São Paulo: Autores associados, 2012.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** v.1. Florianópolis: Insular, 2004.
- _____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional.** v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.



TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1993.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: UnB, 2004.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.